

Responsabilidade de Instituições Financeiras Internacionais em garantir participação significativa e eficaz e prestar contas no âmbito de seus investimentos, bem como promover um ambiente favorável às liberdades de expressão, reunião e associação.

Nos últimos anos instituições financeiras internacionais (IFIs), como o Grupo Banco Mundial, o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) e outros bancos regionais de desenvolvimento e investimento, têm progressivamente enfatizado a importância da participação, boa governança e prestação de contas para o desenvolvimento. Tanto especialistas em direitos humanos como em desenvolvimento têm demonstrado que respeito aos direitos humanos, bem como às liberdades de expressão, reunião e associação constituem medidas cruciais para alcançar um desenvolvimento participativo, sustentável e responsável.¹

Em diversos países onde IFIs investem, estes direitos estão sob ataque, desde violentas repressões a protestos e criminalização da liberdade de expressão, até detenções e prisões arbitrárias de ativistas de direitos humanos, bem como restrições a organizações da sociedade civil (OSCs).² A ONG *Global Witness* classificou 2015 como o pior ano no registro de assassinatos de ativistas que trabalham com temas relacionados à terra e ambientais, com 185 mortes em 16 países.³ Este ambiente de violência, intimidação e restrição do espaço de atuação da sociedade civil torna virtualmente impossível uma participação significativa em desenvolvimento. Isso também aumenta significativamente o risco de que atividades financiadas por IFIs possam vir a contribuir ou agravar violações a direitos humanos.⁴

Em todas suas atividades IFIs deveriam tomar todas as providências ao seu alcance para incentivar um ambiente propício à participação pública, em que a população esteja habilitada a intervir na elaboração de suas próprias agendas de desenvolvimento e na responsabilização de seus governos, doadores, empresas e outros atores. IFIs também devem assegurar que suas atividades não causem ou contribuam para violações de direitos humanos, incluindo tomar as medidas necessárias para identificar e mitigar riscos de direitos humanos em todas suas atividades.

¹ Daniel Kaufmann, "Human Rights, Governance, and Development: An empirical perspective," in World Bank Institute, Development Outreach, October 2006,

<http://siteresources.worldbank.org/EXTSITETOOLS/Resources/KaufmannDevtOutreach.pdf>, pp. 15- 20; Hans-Otto Sano, "Development and Human Rights: The Necessary, but Partial Integration of Human Rights and Development," *Human Rights Quarterly*, vol. 22.3 (2000), pp. 734-52.

² Amnesty International, "The State of the World's Human Rights 2015/2016," 2016, <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2016/02/annual-report-201516/>; Civicus, "State of Civil Society Report 2016," June 2016, <http://www.civicus.org/images/documents/SOCS2016/summaries/SoCS-full-review.pdf>.

³ Global Witness, "On Dangerous Ground" June 2016, <https://www.globalwitness.org/en/reports/dangerous-ground/?gclid=CLrJ3-SF480CFUZbghodNDAAWQ>.

⁴ Human Rights Watch, "At Your Own Risk: Reprisals Against Critics of World Bank Group Projects," June 22, 2015, <https://www.hrw.org/report/2015/06/22/your-own-risk/reprisals-against-critics-world-bank-group-projects>; Oxfam International, "The Suffering of Others: The human cost of the International Finance Corporation's lending through financial intermediaries," https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-suffering-of-others-international-finance-corporation-020415-en.pdf.

Nós, os subscritos, apelamos a todas IFIs para que assegurem que as atividades por elas financiadas respeitem os direitos humanos e que propiciem espaço para participação popular no desenvolvimento de seus projetos. Da mesma forma, destacamos que os chamados por maior responsabilização das IFIs não culminem em riscos à segurança de qualquer pessoa. Apelamos para as IFIs para que incentivem ativamente a concretização dos direitos às liberdades de expressão, reunião e associação bem como os direitos humanos relacionados, incluindo direitos econômicos sociais e culturais (DESC) em todas suas atividades.

Também instamos os governos acionistas a apoiar ativamente as reformas em cada instituição financeira internacional das quais são membros.

Apelamos às instituições financeiras internacionais para:

1. Como parte do engajamento tanto em nível nacional quanto de projeto, analisar sistematicamente o ambiente a fim de garantir a livre manifestação das liberdades de expressão, reunião e associação, e concretizar outros direitos humanos cruciais ao desenvolvimento, bem como as implicações para a eficácia do desenvolvimento e os resultados do projeto. Construir esta análise nas estratégias de desenvolvimento por país e no desenho dos projetos, incluindo a identificação de ações e medidas que serão tomadas por IFIs e clientes para mitigar quaisquer riscos.
2. Desenvolver e institucionalizar métodos criativos que permitam às pessoas, incluindo grupos marginalizados e discriminados, participar livremente de iniciativas de desenvolvimento financiadas por IFIs que possam afetá-los ou que devam beneficiá-los, sem risco de represálias.
3. Analisar e tomar medidas sistemáticas para reduzir os riscos relacionados a projetos relativos às liberdades de expressão, reunião e associação, e outros direitos humanos, incluindo os direitos econômicos, sociais e culturais.
4. Estabelecer políticas para assegurar que os investimentos em tecnologia de informação e comunicação não sejam usados para limitar a liberdade de expressão ou infringir as obrigações internacionais relativas ao direito de privacidade.
5. Desde as primeiras fases de desenvolvimento do projeto até após seu término, tomar todas as medidas necessárias para mitigar os riscos de todas as formas de ameaças, ataques ou represálias a membros da comunidade, trabalhadores, ativistas, jornalistas, defensores de direitos humanos e organizações da sociedade civil para participar do desenvolvimento de projetos, criticar ou opor-se a um projeto ou manifestar-se publicamente (ou ser interpretado como tendo se manifestado) contra um projeto. Essas medidas devem incluir: incorporação de cláusulas que impeçam represálias em contratos de empréstimos e desenvolver um sistema de resposta rápida para lidar com ameaças aos críticos do projeto.
6. Destacar consistentemente a importância dos direitos à liberdade de expressão, reunião e associação para o desenvolvimento participativo, sustentável e responsável em diálogo com todos os níveis de governo e em publicações relevantes das IFIs. Em face de propostas que possam comprometer a proteção desses direitos, enfatizar aos governos o impacto adverso que tais propostas teriam sobre a eficácia do desenvolvimento e das atividades das IFIs no país.
7. No que diz respeito aos mecanismos de conformidade, prestação de contas e responsabilização: desenvolver medidas para proteger o direito das pessoas à

reparação, incluindo o direito a aproximar-se livremente e participar plenamente dos mecanismos de responsabilização de IFIs; garantir que essas comunidades vulneráveis a um projeto estejam conscientes e sintam-se seguras para utilizar mecanismos de responsabilização e denúncia; disponibilizar aos mecanismos de reclamação as ferramentas e o poder necessários para lidar com situações nas quais os requerentes experimentem retaliação depois de participar ou de tentar utilizar o referido mecanismo; e garantir que as investigações de avaliação de conformidade também analisem todas as instâncias de retaliação por oposição de um indivíduo a um projeto e/ou sua participação no processamento da reclamação.

Assinam,

1. 11.11.11. - Coalition of the Flemish North-South Movement, Belgium
2. A Toda Voz, A.C., Mexico
3. Accountability Counsel, United States
4. ActionAid USA, United States
5. Actions pour les Droits, l'Environnement et la Vie, Democratic Republic of Congo
6. African Law Foundation (AFRILAW), Nigeria
7. African Resources Watch (AFREWATCH), Democratic Republic of Congo
8. Alianza para la Conservación y el Desarrollo (ACD), Panama
9. Al-Noor Universal Foundation, Iraq
10. Alternative ASEAN Network on Burma, Thailand
11. Alyansa Tigil Mina (ATM), Philippines
12. Amazon Watch, United States
13. American Jewish World Service, United States
14. Amnesty International, United Kingdom
15. Anticorruption Business Council of the Kyrgyz Republic, Kyrgyz Republic
16. Arabic Water Forum, Morocco
17. Article 19, United Kingdom
18. Asia Indigenous Peoples Pact, Regional
19. Asian Forum for Human Rights and Development (FORUM – Asia), Regional
20. Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente, Regional
21. Assembly of AL-Inbithaq for Development & Economic Development, Iraq
22. Association for Promotion Sustainable Development, India
23. Association Green Istria, Croatia
24. Association of Human Rights Defenders and Promoters- HRDP, Myanmar
25. ASEAN Parliamentarians for Human Rights, Regional
26. Atgaja, Lithuania
27. Bank Information Center, United States
28. BankTrack, Netherlands
29. Bankwatch Romania, Romania
30. Bantay Kita-Publish What You Pay, Philippines
31. Biodiversity Conservation Center, Russia
32. Both ENDS, Netherlands
33. Bretton Woods Project, United Kingdom
34. Buliisa Initiative for Rural Development Organisation (BIRUDO), Uganda
35. Business and Human Rights Resource Center, International

36. Business and Welfare Initiatives Ltd., Bangladesh
37. CEE Bankwatch, Czech Republic
38. Center for Bangladesh Studies, Bangladesh
39. Center for Ecology and Sustainable Development, Serbia
40. Center for Environmental Information and Education, Bulgaria
41. Center for International Environmental Law, United States
42. Center for Studies and Economic Media, Yemen
43. Center for Support of Civil Initiatives, Russia
44. Centre for Research on Multinational Corporations - SOMO, Netherlands
45. Centre for Transport and Energy, Czech Republic
46. Centro Mexicano de Derecho Ambiental, A.C., Mexico
47. Citizens for Justice, Malawi
48. CIVICUS, International
49. Columban Center for Advocacy and Outreach, United States
50. Columbia Law School Human Rights Clinic, United States
51. Commercial Media Center, Iraq
52. Conectas Direitos Humanos, Brazil
53. Conseil régional des organisations non gouvernementales de développement, Democratic Republic of Congo
54. Cotton Campaign, International
55. Counter Balance, Czech Republic
56. Crude Accountability, United States
57. Derechos Humanos y Medio Ambiente, Peru
58. Due Process of Law Foundation, International
59. EarthRights International, International
60. Ecological Society Green Salvation, Kazakhstan
61. EcoLur Informational NGO, Armenia
62. Eco – sense, Macedonia
63. Egyptian Center of Civil and Legislative Reform, Egypt
64. Egyptian Center for Economic and Social Rights, Egypt
65. Empower India, India
66. Environmental Council of Primorye Territory, Russia
67. Equitable Cambodia, Cambodia
68. Estonian Green Movement, Estonia
69. European Center for Not-for-Profit-Law, Hungary
70. Fédération internationale des ligues des droits de l'Homme, International
71. For the Earth (Ze Zemiata), Bulgaria
72. Forest Peoples Programme, International
73. Foro Ciudadano de Participación por la Justicia y los Derechos Humanos (FOCO), Argentina
74. Forum of Dialogue and Partnership for Development, Egypt
75. Foundation for the Conservation of the Earth, Nigeria
76. Foundation for Environmental Rights, Advocacy and Development (FENRAD), Nigeria
77. Freedom House, United States
78. Friends of the Earth – CEPA, Slovakia
79. Friends of the Earth U.S., United States
80. Friends of the Forests of Siberia, Russia
81. Front Line Defenders, Regional
82. Fundación Ambiente y Recursos Naturales, Argentina

83. Fundacion MaderaVerde, Honduras
84. Fundar, Centro de Análisis e Investigación, Mexico
85. FUNDEPS, Argentina
86. Gender Action, United States
87. Governance and Social Accountability Tunisia, Tunisia
88. Greater Active Reconstruction & Justice Action Network-Nepal, Nepal
89. Green Action (Zelena Akcija), Croatia
90. Green Alternative, Georgia
91. Greenpeace, Global
92. Guatemala Human Rights Commission, United States
93. Habi Center for Environmental Rights, Egypt
94. Hann Baykeeper Waterkeeper Alliance, Senegal
95. Heinrich Böll Stiftung, Germany
96. Hnuti DUHA, Czech Republic
97. Human Rights Watch, United States
98. Inclusive Development International, United States
99. Indigenous Women League Nepal, Nepal
100. International Accountability Project, International
101. International Environmental Union, Russia
102. International Labor Rights Forum, International
103. International Rivers, International
104. Inspirator Muda Nusantara, Indonesia
105. Institut de Recherche en Droits Humains (IRDH), Democratic Republic of Congo
106. ITDP, Mexico
107. Jamaa Resource Initiatives, Kenya
108. Jewish World Watch, United States
109. JUNCTION, Senegal
110. Just Associates (JASS), International
111. Kalipunan ng Mga Katutubong Mamamayan ng Pilipinas (KATRIBU), Philippines
112. Khpal Kore organization(KKO), Pakistan
113. Krasnoyarsk Regional Public Environmental Organization "Plotina", Russia
114. Krityan and UNESCO Club Jamshedpur, India
115. Latvian Green Movement, Latvia
116. L'Observatoire d'Etudes et d'Appui à la Responsabilité Sociale et Environnementale, Democratic Republic of Congo
117. Livelihood and Environment Ghana (LEG), Ghana
118. Lumière Synergie pour le développement, Senegal
119. Maison de Mines du Kivu, Democratic Republic of Congo
120. Maryknoll Office for Global Concerns, United States
121. Naga Peoples Movement for Human Rights (NPMHR), Nagaland / India
122. Narasha Community Development Group, Kenya
123. National Ecological Centre of Ukraine, Ukraine
124. National Society of Conservationists – Friends of the Earth Hungary
125. Network in Solidarity with the People of Guatemala (NISGUA)
126. NGO Forum on ADB, Regional
127. NGO Green Don, Russia
128. Observatoire Gouvernance et Paix, Democratic Republic of Congo

129. Oil Workers' Rights Protection Organization Public Union, Azerbaijan
130. Ong croissance saine environnement, Gabon
131. Ong hadassa, Gabon
132. Organic Consumers Association, Mexico
133. Oxfam International, United Kingdom
134. OT Watch, Mongolia
135. Participatory Research Action Network, Bangladesh
136. Phenix Center Jordan, Jordan
137. Polish Green Network Poland
138. Press Freedom Advocacy Association, Iraq
139. Project on Organizing, Development, Education and Research (PODER),
Regional
140. Protection International, Belgium
141. Proyecto Tarahumara Sustentable, Mexico
142. Public Research Center “Zhivaya Voda”, Russia
143. Radanar Ayar Rural Development Association, Myanmar
144. Regeneration International, Mexico
145. Rencontre Africaine pour la Défense des Droits de l'Homme
(RADDHO), Senegal
146. Research and Preservation Agency of Taiga, Russia
147. Réseau Camerounais des Organisations des Droits de l'Homme,
Cameroon
148. Réseau sénégal des défenseurs des Droits humains (RSDD), Senegal
149. Responsible Sourcing Network, United States
150. Rivers without Boundaries International Coalition, Russia - Mongolia -
China
151. Robert F. Kennedy Human Rights, United States
152. Sakhalin Environmental Watch, Russia
153. Sawit Watch, Indonesia
154. Seeds - India, India
155. Sisters of Mercy of the Americas' Institute Justice Team, International
156. Social Justice Connection, Canada
157. Sursiendo, Comunicación y Cultura Digital, Mexico
158. Sustainable Development Foundation, Thailand
159. Tatarstan Branch of Russian Environmental Union, Germany
160. TAKKOM JERRY Polyvalence Culturelle et Environnementale, Senegal
161. The Gate of Culture and Development, Morocco
162. Tunisian Association of Transparency in Energy and Mines (ATTEM),
Tunisia
163. Uganda Land Alliance, Uganda
164. Urgent Action Fund for Women's Human Rights, Global
165. Urgewald, Germany
166. Uzbek German Forum for Human Rights, Germany
167. Youth Federation of Indigenous Nationalities Nepal, Nepal
168. Walk Free, International
169. Zo Indigenous Forum Mizoram, India